

EM LUTA POR UM O E 2019 DIGNO PARA OS TRABALHADORES

Função Pública

Revista do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Novembro 2018 • www.stfpsn.pt



AINDA NESTA EDIÇÃO:
DESIGUALDADES SALARIAIS • PLANO DE ACTIVIDADES
PROTOCOLOS • FORMAÇÃO PROFISSIONAL

03 EDITORIAL

ORLANDO GONÇALVES

04 TEMA

ORÇAMENTO DO ESTADO

08 OPINIÃO

VALDEMAR MADUREIRA

09 ACTIVIDADES

PLANO DE ACTIVIDADES 2019

18 ORÇAMENTO

PROPOSTA PARA 2019

20 ARTIGO JURÍDICO

SIADAP

21 PROTOCOLOS

SAÚDE · TEMPOS LIVRES

22 FORMAÇÃO

INOVINTER

23 INSCRIÇÃO

DESTACÁVEL

PORTO - Sede

Rua Vasco de Lobeira, nº 47/51
4249-009 Porto
T. 225574060 | F. 225507257
geral.porto@stfpsn.pt

BRAGA - Delegação

Avª Imaculada Conceição, nº 388
4700-034 Braga
T. 253610712 | F. 253267361
geral.braga@stfpsn.pt

BRAGANÇA - Delegação

Edifício Translande, Avª Sá Carneiro, r/c, loja 33
5300-252 Bragança
T. 273331642 | F. 273100120
geral.braganca@stfpsn.pt

VIANA DO CASTELO - Delegação

Rua do Anjinho, nº 43 - 45
4900-320 Viana do Castelo
T. 258823218 | F. 258070255
geral.viana@stfpsn.pt

VILA REAL - Delegação

Rua Marechal Teixeira Rebelo, 13, Loja S
5000-525 Vila Real
T. 259324737 | M. 968481132 | F. 259100184
geral.vilareal@stfpsn.pt



Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas
e Sociais do Norte

Filado na Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública,
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional,
Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos



ASSEMBLEIA GERAL DE ASSOCIADOS DO STFPSN

Porto, 14 de dezembro de 2018 | 9H30

Local: Auditório da Sede do STFPSN

Rua Vasco de Lobeira, nº 47, no Porto

Ao abrigo do artigo 62º, nºs 1 e 2, convoco a Assembleia Geral Ordinária do STFPSN para, nos termos previstos no artigo 61º, nº 1, alínea b) e 56º, alínea c), todos dos Estatutos do STFPSN, reunir no próximo dia **14 de dezembro de 2018, pelas 9H30**, no Porto, **no Auditório da Sede do Sindicato**, sito à Rua Vasco de Lobeira, nº 47, com a Ordem de Trabalhos que abaixo se indica.

Nos termos do artigo 63º, nº 1 dos citados Estatutos, a Assembleia Geral funcionará à hora marcada, verificada que seja a existência de quórum, ou uma hora mais tarde, com qualquer número de associados presentes.

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019

Porto, 22 de outubro de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(Valdemar Madureira)

Editorial



Orlando Gonçalves

Coordenador do STFPSN

Caros Associados,

Com o chegar do término de 2018, impõe-se o balanço do corrente ano e é tempo de apontar as baterias para o ano de 2019 que, considerando o teor do Orçamento de Estado para 2019 (OE/2019), se antevê ser um ano para elevar o tom nas reivindicações dos trabalhadores.

O ano de 2018, pautou-se por um parco aumento do SMN (Salário Mínimo Nacional) e do IAS (Indexante dos Apoios Sociais) e, consequentemente, das prestações sociais que lhe estão indevidas. Ficou marcado pelo descongelamento das progressões dos trabalhadores da Administração Pública (AP), que apenas «chegou» a um reduzido número de trabalhadores que preenchiam os requisitos exigidos para o efeito – mas que na realidade ainda não chegou, porque o pagamento faseado daquela progressão só se efetivará em dezembro de 2019 –, e também pela alteração às regras de reforma antecipada, permitindo o acesso à reforma, para aqueles que começaram mais cedo a descontar e que já detivessem uma longa carreira contributiva, mas sempre com penalizações. Ao longo deste ano, houve ainda tempo para a tão almejada regularização de vínculos na AP. O desenrolar do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, começou a dar alguns frutos, mas ainda muito a conta-gotas.

Ou seja, num primeiro momento parece termos sido presenteados, mas na realidade apenas nos foram repostos alguns direitos adquiridos que nos haviam sido sonegados, alguns deles há mais de uma década. Foram regularizadas situações de trabalhadores que foram privados do acesso ao vínculo de emprego público, mas as contratações de trabalhadores precários continuaram, legitimadas pelo mesmo Governo que as propôs regularizar. O demais, apenas resultou na reposição da mais elementar justiça e ainda muito aquém do que é devido aos trabalhadores e pensionistas.

Da apreciação que tem vindo a público sobre o OE/2019, parece ainda não ser desta que os nossos governantes veem os trabalhadores, como a sua força de trabalho e de riqueza do país, sendo certo que não são assunto de primazia neste OE/2019.

É inaceitável, desde logo, a fatia dos 50 milhões de euros dedicada ao aumento dos salários na AP, que não sofrem aumentos desde 2010. Por comparação com 2018, este valor representa 0,2% das despesas com pessoal. E o valor chega para 675 mil trabalhadores da AP? Não, não chega! É claramente insuficiente! É absolutamente ridículo!

A falta de compromisso do Governo, assumida neste OE/2019, para com a manutenção da política dos baixos salários dos trabalhadores da AP é inadmissível.

Assim como a não assunção, pelo Estado, das suas funções sociais, no geral, e do setor social, em particular. O setor social vem sobrevivendo com participações financeiras irrisórias

por utente, que são valores protocolados com a Segurança Social nas diversas valências, e que carecem de revisão urgente, uma vez tratar-se de importâncias insuficientes para garantir uma resposta social satisfatória e de qualidade aos utentes. Mas, neste OE/2019, não existe qualquer rubrica que permita vislumbrar que venham a ser revistos os valores das participações dos referidos protocolos e, obviamente, nem tão pouco adivinhar verbas que venham a ser destinadas aos trabalhadores deste setor, cujos salários são baixíssimos, ainda que de forma indireta.

Mas para outras rubricas orçamentais não faltam milhões de euros! Nem mil milhões de euros! Senão, atentemos um pouco na despesa pública prevista no OE/2019: 1,7 mil milhões de euros, para encargos com as PPP – Parcerias Público-Privadas; 159 milhões de euros, para pagamento de swap (operações financeiras) e 1,6 mil milhões de euros para os fundos de resolução, quer nacional, quer europeu e mais 400 milhões de euros para apoiar o Novo Banco, num total de 850 milhões de euros para recapitalizar a banca. Destaque feito, para as PPP's, setor financeiro e banca em particular. Já agora é de referir que os juros e encargos da nossa dívida externa ascendem a mais de 7 mil milhões de euros.

Indubitavelmente que no corrente ano houve melhorias, mas insuficientes e demasiado tímidas para quem vive com o seu salário, que lhe dita o verdadeiro poder de compra. E a degradação dos salários e das pensões tem sido um chavão que importa travar e virar o leme, mudando o rumo dos Srs. Governantes nesta matéria.

Para isso, ergamos a voz para os Srs. Governantes, pois é tempo de valorizarem os trabalhadores!

Srs. Governantes, não querem fazer mais e melhor? Para tal, serão precisos recursos humanos e financeiros e meios. Um défice de 0,2% do PIB – Produto Interno Bruto, não pode significar valer tudo! Obviamente, que é preciso criar mais postos de trabalho na AP, valorizar os seus trabalhadores, investir nos serviços públicos e proporcionar melhores condições de vida aos pensionistas e trabalhadores, com maior investimento dedicado, nomeadamente, para as políticas sociais, da educação e da saúde.

Das diversas reivindicações que vêm sendo feitas ao longo dos anos, e que também constam do plano de atividades, aqui publicado, e a que nos propomos para 2019, o Governo vem demonstrando não ter vontade política para apoiar as justas pretensões dos trabalhadores, pensionistas e população em geral.

Contudo, urge reivindicar as nossas pretensões, fazer-nos ouvir e endurecer a luta, se necessário for, e que consigamos atracar em porto seguro. E para o efeito e como vem sendo hábito, contaremos convosco!

Votos de Boas Festas

A proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2019 dá seguimento a medidas de anos anteriores e comporta novos avanços, nomeadamente no aumento das pensões, abonos de família, gratuitidade dos manuais escolares, redução das propinas, alargamento dos passes sociais e redução dos custos para os utentes, em resultado da luta dos trabalhadores, que a CGTP-IN reconhece e valoriza.

Contudo, a proposta, em alguns aspectos, é limitada e criticável. Limitada, pelas opções do Governo do PS de submissão às imposições da União Europeia e do euro, nomeadamente no que respeita à obsessão pela redução do défice orçamental, no quadro de uma política de défice zero, bem como no peso de uma dívida pública que tarda em ser renegociada. Criticável, pela manutenção de uma despesa insuportável, nomeadamente com as PPPs, os swaps ou a banca, que, no seu conjunto, sacrificam uma verdadeira política alternativa que responda aos problemas estruturais do país, com consequência imediata nos constrangimentos no investimento público e no subfinanciamento de áreas sociais fundamentais, como sejam a Saúde e a Educação.

Uma proposta de OE de progresso e justiça social é indissociável da ruptura com a política de precarização das relações laborais e de contínua perda do poder de compra das remunerações. Neste quadro, os trabalhadores da Administração Pública continuam a não ser valorizados em relação a salários, carreiras, e, de uma forma geral, condições de trabalho.

A actual proposta de OE para 2019, não é um documento acabado, pelo que se justifica e exige o prosseguimento da luta pela melhoria dos seus conteúdos.

Em matéria de salários dos trabalhadores da Administração Pública, é inaceitável que o Governo insista na verba ridícula de 50 milhões de euros (um valor que representa 0,2% das despesas com pessoal de 2018) ao mesmo tempo que anuncia a disponibilização de 400 milhões de euros para acorrer às necessidades do Novo Banco. O Governo tem de responder e valorizar os trabalhadores da Administração Pública e do SEE, pelo que deve negociar com os sindicatos a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, porque elas são indissociáveis da melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

No que respeita ao emprego, a redução da precariedade na Administração Pública, decorrente do PREVPAP, atrasou-se significativamente, além de que tem uma abrangência limitada e continua a ser admitida a contratação de trabalhadores com vínculos precários em vários sectores da Administração Pública. Em alguns sectores, a regularização de vínculos pre-

cários é tão reduzida que deixa de fora milhares de trabalhadores que, sem margem para dúvida, preenchem necessidades permanentes dos serviços. E, até em relação a casos que mereceram decisão positiva, são agora os serviços que recusam a regularização, alegando a insuficiência do seu financiamento.

A proposta representa progressos em várias áreas de políticas sociais. São progressos que variam em extensão e profundidade e que, nalguns casos, são limitados, mas que não deve deixar de se valorizar, desde logo porque correspondem a objectivos pelos quais os trabalhadores se têm batido. E se continuarão a bater, na medida em que em diversos casos constituem avanços tímidos, ainda que num caminho certo, para o progresso social, e noutros não vão além de promessas que a experiência mostra que nem sempre se concretizam.

Neste quadro, é de destacar, entre outras medidas, a melhoria prevista para as pensões, sem deixar de exigir que todos os pensionistas sem excepção vejam melhorado o poder de compra das pensões; o reforço da protecção social no desemprego, embora sem as medidas de fundo necessárias para alargar o acesso que continua muito baixo (de apenas metade em meados deste ano); um novo regime de reformas antecipadas, mas que fica aquém do objectivo de todos os trabalhadores com carreira contributiva de pelo menos 40 anos poderem aceder à pensão de velhice sem penalização; as melhorias no abono de família a crianças e a jovens, mas insuficientes porque não se repõe o 4º escalão de rendimentos; a gratuitidade dos manuais escolares para todos os alunos da Escola Pública, bem como a redução das propinas no ensino superior; a extensão, embora limitada, no acesso a bens e serviços públicos de primeira necessidade, com a possibilidade da diminuição da factura da electricidade; o alargamento de passes sociais e a redução dos custos para os utentes.

Pior, é inaceitável que a proposta de OE2019 reforce o financiamento da saúde (+525 milhões de euros (M€)) mas a transferência para o SNS sobre apenas 2,3%, um valor abaixo do crescimento nominal da economia (3,6%). A transferência para o SNS, que estimamos em 4,3% do PIB, constitui, em termos relativos, uma das mais baixas da presente década.

Manter-se-á o sub-financiamento crónico durante um longo período de tempo, sendo de esperar que o reforço anunciado sirva para regularizar dívidas em atraso. Neste quadro, a "apos-

ta" na saúde pode uma vez mais não se concretizar por escassez de meios. Este desígnio, em si positivo, vem sendo proclamado desde o início da legislatura sem que haja medidas que o concretizem, sem que se

rompa com a promiscuidade com o sector privado e sem que o SNS responda aos problemas da

Orçamento do Estado

2019

população, o que exige a sua capacitação, incluindo na realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, e o fim das parcerias público-privadas. A proposta uma vez mais contém um conjunto de promessas sem que se disponha dum calendário de realização e sem se saber se existem meios, humanos e financeiros para as realizar.

A promoção da coesão territorial constitui um objectivo essencial para o qual devem ser mobilizados os vários instrumentos de políticas públicas. A proposta de OE contém incentivos de natureza fiscal, em sede de IRC e de IRS, incluindo para estudantes que frequentem estabelecimentos de ensino em territórios do interior. Prevê-se igualmente o incentivo, por via fiscal (redução do IRS) ao regresso de emigrantes nos próximos dois anos. A condição essencial, tanto para o regresso de emigrantes como para evitar a saída, é assegurar a estabilidade do emprego e melhoria dos salários e das condições de vida no país, o que se não consegue pela política fiscal.

A proposta prevê um investimento público mais forte, elencando investimentos que classifica como estruturantes nas áreas de saúde e transportes designadamente, o que, à partida, é de registar, mesmo que se possa entender que as necessidades de investimento são superiores. O nível de investimento público em percentagem do PIB foi o mais baixo da UE em 2017. No OE para 2018 o Governo comprometeu-se com um aumento de 40% que se não concretizou. O que agora se propõe para 2019 não é mais do que o objectivo de 2018 (2,3% do PIB em investimento público). Mesmo que seja realizado estamos muito distantes do nível atingido do alcançado no início da década (4,5% do PIB, em média, no período 2000-2005).

Esta evolução evidencia uma das contradições maiores da proposta. A de pretender que é possível conciliar uma “política alternativa” à de empobrecimento do país (identificando-se com a estratégia do anterior governo) e, ao mesmo tempo, satisfazer as exigências impostas e aceites da governação económica europeia, indo mesmo ao ponto de apontar uma política de “défice zero”. Será sacrificada a intenção de “apoio a transformações estruturais e decisivas para mitigar e remover bloqueios que persistem na economia” (referenciado no sumário executivo). O Governo reforça a obsessão pela redução do défice: défice de 1% em 2017 (o que representa uma mistificação pois o valor real, que inclui a recapitalização da CGD, foi de 3%), 0,7% em 2018, 0,2% em 2019. Preparar-se-á certamente para, no decurso de 2019, anunciar que haverá um excedente nas contas públicas (mesmo que, considerando o passado, o faça à custa do investimento público ou dos pagamentos do Estado), como se isso fosse a varinha mágica de resolução dos problemas do país.

A política de défice zero constitui um absurdo. Sê-lo-ia num contexto normal pois um défice nas contas públicas pode ser necessário se

dele resultar o aumento da capacidade produtiva da economia e a resposta a prioridades sociais. É um absurdo maior num país com um nível de desenvolvimento atrasado, com estagnação do nível de vida relativamente à média da UE, legados da política de empobrecimento, perda de investimento em termos líquidos, brutais desigualdades sociais e um território fragilizado.

O Governo usa ou tem implícito o argumento de que esta política é necessária para baixar rapidamente a dívida pública, ignorando os custos resultantes para o crescimento económico, o qual poderia reduzir a dívida pública em termos de percentagem do PIB. Ou seja, é uma política contraproducente mesmo em termos de redução do peso da dívida pública.

A política de défice zero obriga o país a ter de constituir saldos primários (isto é, sem juros) gigantescos: 2,7% em 2017 (o que equivale a 5,3 mil milhões de euros), sendo “de novo um dos maiores da União Europeia”. Esta política tem maiores riscos em 2019, por estarmos num contexto de abrandamento no crescimento económico internacional; tem custos no investimento público e nas políticas sociais; é usada pelo Governo para argumentar não ter dinheiro para actualizar os salários na Administração Pública. Se, em suma, não há meios para o Estado desenvolver uma política de desenvolvimento económico e social tal não se deve a uma inevitabilidade, mas é uma consequência de opções tomadas. Uma política de crescimento económico, aliada a uma renegociação da dívida pública, permitirá reduzir o seu peso libertando enormes recursos para o desenvolvimento económico e social.

O Governo propõe uma significativa redução da despesa (-236 M€), a qual é justificada pela “racionalização” e aumento da eficiência. A CGTP-IN não se opõe a medidas de bom uso dos dinheiros públicos. Neste sentido considera positivas medidas como a limitação do recurso a empresas de trabalho temporário; as restrições na celebração de contratos de tarefa e de avença; a realização por via de recursos próprios de estudos, pareceres, projectos e serviços de consultoria, bem como quaisquer trabalhos especializados e a representação judiciária e mandato forense. A questão está em saber se dos exercícios de revisão da despesa, que são fortemente pressionados pelas autoridades europeias, resulta ou não a eliminação de ineficiências ou de “má despesa” ou se resulta, antes, o debilitamento dos serviços públicos. Neste sentido, salienta-se a previsão de diminuição real dos consumos intermédios.

A política fiscal foi objecto de medidas, nomeadamente no último orçamento, com impacto nos próximos anos, quer no IRS quer na tributação do grande património imobiliário. No Orçamento do Estado para 2019, é de novo elevado o valor do mínimo de existência (valor do rendimento até ao qual há isenção do pagamento de IRS), no entanto assinalam-se insuficiências ou ausência de resposta em aspectos como a manutenção da possibilidade de não englobamento dos rendimentos de capital; o número de escalões não é aumentado para garantir maior progressividade; os escalões do IRS não são sequer actualizados em 2019, tendo-se em conta a inflação; e quanto ao aumento da tributação sobre o capital regista-se o aumento da Contribuição Extra-



ordinária sobre o Sector Energético (CESE), quando é necessário ir claramente mais longe. No IRC, salienta-se a redução de IRC constituída pela eliminação do pagamento especial por conta. O fim do PEC (-100 M€) não deve significar que estas empresas deixem de pagar IRC, mas antes a sua substituição por um regime mais adequado

A proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2019 dá seguimento a medidas de anos anteriores e comporta novos avanços, nomeadamente no aumento das pensões, abonos de família, gratuidade dos manuais escolares, redução das propinas, alargamento dos passes sociais e redução dos custos para os utentes, em resultado da luta dos trabalhadores, que se reconhece e valoriza.

Contudo, a proposta, em alguns aspectos, é limitada e criticável. Limitada, pelas opções do Governo do PS de submissão às imposições da União Europeia e do euro, nomeadamente no que respeita à obsessão pela redução do défice orçamental, no quadro de uma política de défice zero, bem como no peso de uma dívida pública que tarda em ser renegociada. Criticável, pela manutenção de uma despesa insuportável, nomeadamente com as PPPs, os swaps ou a banca, que, no seu conjunto, sacrificam uma verdadeira política alternativa que responda aos problemas estruturais do país, com consequência imediata nos constrangimentos no investimento público e no subfinanciamento de áreas sociais fundamentais, como sejam a Saúde e a Educação.

A política orçamental e a falta de recursos

O argumento da falta de recursos para realizar políticas ambiciosas é um dos mais recorrentes. O Governo admite que poderia fazer mais e melhor se existissem meios. Mas não é a sua repetição que o torna evidente quando se analisam a evolução das contas e as opções tomadas no OE2019, salientando-se que:

- 1. A proposta propõe um défice quase zero (0,2% do PIB) quando se sabe que 0,1% do PIB significa 209 M€;**
- 2. As receitas fiscais crescem menos (2,9%) que a economia (3,6%), sendo esta opção explicada porque não se quer taxar o capital nem enfrentar o discurso da direita da “carga fiscal exagerada”, quando a mesma direita explora a fundo a deterioração dos serviços públicos (basta recordar o argumento do “caos na saúde”);**
- 3. A despesa com Parcerias Público-Privadas (PPP) ascende a 1774 M€ em 2018, um valor que corresponde a uma revisão em alta face ao previsto e representa 0,9% do PIB; para 2019,**

prevêem-se 1692 M€ e admitem-se “riscos” na previsão (ou seja, despesa superior!);

4. A despesa com juros em 2019 absorverá 7105 M€, em termos de compromissos assumidos, os auxílios ao sector financeiro, para os fundos de resolução quer nacional, quer europeu, mais de 1,6 MM€ e os pagamentos SWAP 159 M€;

5. A despesa fiscal, parte da qual não justificada, representa 11,8 MM€ em 2019;

6. A receita perdida com a evasão e a fraude contributiva é muito elevada. Só no IVA, o INE calcula em 1,1 MM€ em 2015, o desvio entre o chamado IVA teórico, isto é, o IVA que resultaria de aplicar as taxas legais aos valores dos bens e serviços implícitos nas contas nacionais, susceptíveis deste imposto, e o IVA efectivamente cobrado;

7. A dívida da EDP e da GALP relativa ao não pagamento da contribuição extraordinária sobre o sector energético ultrapassa os 500 M€, o que constitui um escândalo nacional.

É PRECISO MAIS EMPREGO; VALORIZAR OS TRABALHADORES; INVESTIR NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

No que diz respeito ao emprego na Administração Pública são necessários mais trabalhadores para reforçar os serviços públicos, muitos deles a braços com grandes carências de trabalhadores. O crescimento do emprego do sector no período mais recente não foi ainda suficiente para recuperar o nível existente no final de 2011, quando o número de trabalhadores era superior em 7% (mais 52,5 milhares) em relação ao que se verifica actualmente.

Depois da política de redução do número de trabalhadores no período do governo PSD/CDS, as medidas previstas não só não são suficientes, como chegam a ser contraditórias, quer no que diz respeito a contratações, quer na regularização dos vínculos precários.

Em termos gerais prevê-se a tomada de medidas para suprimimento das necessidades permanentes nos serviços públicos em função da previsão plurianual para o quadriénio seguinte das entradas e saídas de trabalhadores no sector, embora não se concretize as mesmas, ficando por esclarecer se será através de mobilidade interna, de novas contratações ou ainda do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (PREVPAP), cuja conclusão está prevista para 2019.

Além disso, o Governo promoverá o recrutamento de mil trabalhadores qualificados com formação superior, para rejuvenescer e capacitar a Administração Pública, de modo a reforçar os

centros de competências, as áreas estratégicas de concepção e de planeamento de políticas públicas, e a transformação digital da Administração.

Prevê-se ainda o recrutamento em instituições de ensino superior na área da investigação e da docência (ainda que o mesmo já tivesse sido previsto em anos anteriores e nunca concretizado), no Serviço Nacional de Saúde em parte para compensar a redução do horário de trabalho para as 35 horas e ainda na Segurança Social.

No sector empresarial do Estado, apesar de se admitir o recrutamento de trabalhadores, prevê-se ao mesmo tempo uma “política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efectivas necessidades de uma organização eficiente”, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental. Já os municípios em situação de saneamento ou de ruptura estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais, à excepção dos que decorrem da conclusão da implementação do PREVPAP, só podendo haver excepções em situações devidamente fundamentadas e com regras apertadas. Há assim uma contradição entre o suprimento das necessidades permanentes e questões financeiras ou orçamentais, prevalecendo estas últimas.

Relativamente à redução da precariedade na Administração Pública, o PREVPAP atrasou-se significativamente, tendo uma abrangência muito limitada e aquém do necessário e exigível, estando a conclusão prevista para 2019. Acresce que em vários casos continua a ser admitida a contratação com qualquer tipo de vínculo como no caso das instituições de ensino superior públicas, nas empresas do sector público empresarial e em alguns institutos públicos. O que se exige é a abertura de procedimentos concursais que garantam que a necessidades permanentes correspondem vínculos efectivos e a regularização dos vínculos precários.

A substituição gradual do recurso a empresas de trabalho temporário e de subcontratação de profissionais de saúde pela contratação, em regime de vínculo de emprego público, dos profissionais necessários ao funcionamento dos serviços de saúde, bem como a restrição da celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou de avença em todos os órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei do Trabalho em Funções Públicas é de assinalar positivamente, mas terão que ser criadas as condições para a sua efectivação e de maneira célere, designadamente contratando os trabalhadores necessários ao cumprimento destas disposições.

Na proposta prevê-se que os estudos, pareceres, projectos e serviços de consultoria, bem como quaisquer trabalhos especializados e a representação judiciária e mandato forense devam ser realizados por via dos recursos próprios das entidades contratantes, o que se realça e vem ao encontro das reivindicações dos trabalhadores. Há algumas excepções, mas só se devida-

mente demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios da entidade contratante ou de outros serviços, organismos ou entidades do respectivo programa orçamental.

O reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado é indissociável do aumento do número de trabalhadores, da regularização dos vínculos e da valorização dos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente das suas carreiras profissionais e salários.

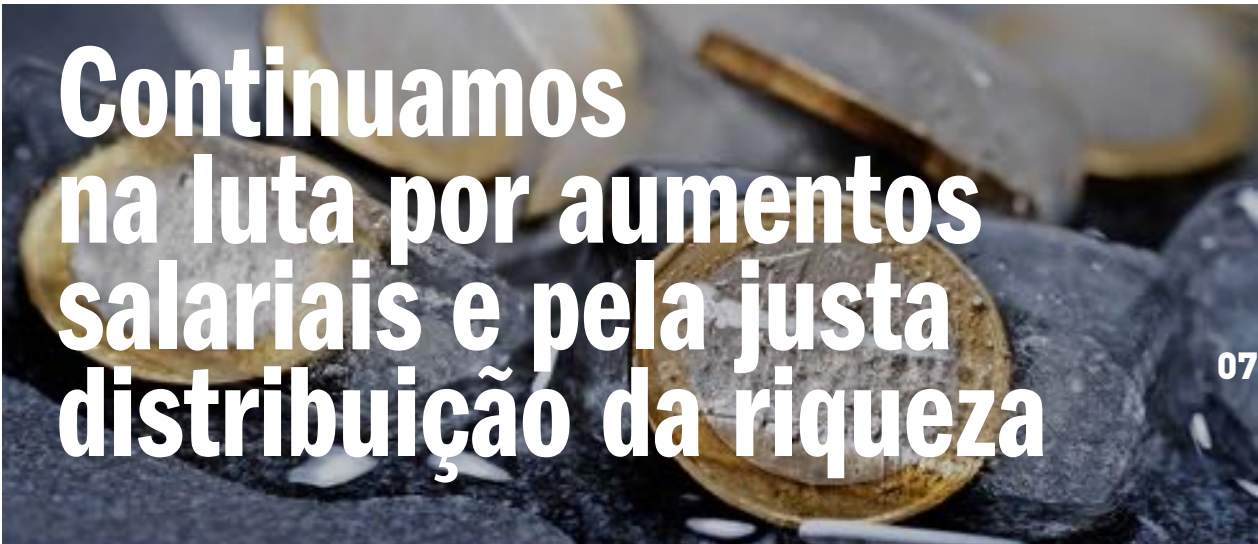
A proposta de OE para 2019 prevê uma verba para as despesas com o pessoal, que é manifestamente insuficiente, atendendo a que o aumento previsto se destina sobretudo ao descongelamento das carreiras, num quadro em que o Governo persiste, erradamente, em disponibilizar apenas 50 milhões de euros para actualizar os salários de mais de 675 mil trabalhadores da Administração Pública.

Esta é uma posição inaceitável, não apenas quando se confronta com outras despesas a assumir em 2019, de que são um mero exemplo os 11 milhões de euros para realização da Web Summit, mas sobretudo porque os salários dos trabalhadores da Administração Pública não são aumentados desde 2010, desrespeitando o princípio da actualização salarial anual, enquanto a inflação acumulada no período 2010-2018 se situa em 11,9%.

Acresce que o Governo recusa recuperar o tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento em diversos sectores da Administração Pública, apesar dos compromissos assumidos. Exige-se o descongelamento pleno das carreiras profissionais, o pagamento integral das progressões e recuperação, para efeitos de carreira, do tempo de serviço cumprido pelos trabalhadores nos períodos de congelamento. Em relação a esta recuperação, exige-se do Governo o cumprimento da lei no que concerne à contabilização de todo o tempo cumprido, sendo negociado com as organizações sindicais, o prazo e o modo dessa recuperação.

O aumento dos salários dos trabalhadores da Administração Pública é assim um imperativo, tal como o aumento dos salários dos restantes trabalhadores, no quadro de uma mais justa distribuição da riqueza. Exige-se, por isso, a tomada de medidas para desbloquear a contratação colectiva, e não a aprovação da proposta de alteração ao Código de Trabalho que está neste momento na Assembleia da República, de modo a permitir um aumento de salários que eleve as condições de vida dos trabalhadores e suas famílias e não degrade ainda mais o peso do trabalho na repartição do rendimento.

Ainda no que concerne a salários, apesar do aumento do mínimo de existência (que alarga o rendimento até ao qual há isenção do IRS) se esta proposta de Orçamento de Estado não for alterada haverá uma parte dos aumentos salariais de 2019 que serão absorvidos pela não actualização dos escalões do IRS, pelo que o que se impõe, no mínimo, a sua actualização de acordo com a inflação prevista.



Continuamos na luta por aumentos salariais e pela justa distribuição da riqueza

Desigualdades salariais

Baixos salários



Valdemar Madureira

Presidente da Assembleia-Geral do STFPSN

Um dos problemas do nosso País é a inexistência de uma política de justiça fiscal que tribute mais quem mais ganhe e, em contrapartida, tribute menos quem menos ganha.

Algumas medidas poderiam ser tomadas, correspondem aliás a propostas apresentadas na Assembleia da República, tais como o aumento de escalões do IRS, a tributação do património mobiliário, a criação de um escalão intermédio na derrama estadual para empresas com lucros 20 e 35 milhões de euros (cerca de 120), criação de novo escalão no adicional do IMI para património imobiliário de valor superior a 1,5 milhões de euros (cerca de 400). Ainda, no que respeita à Segurança Social, quando ouvimos a preocupação quanto à sua sustentabilidade no futuro, deveria ser estabelecida uma taxa mais elevada às empresas com elevados lucros mas poucos trabalhadores. Com a evolução tecnológica a que se tem assistido, muitas empresas há que muito ganham mas pouco pagam de impostos. E, como se sabe, as empresas pagam para a Segurança Social conforme o número de trabalhadores.

A desigualdade na distribuição do rendimento em Portugal tem-se agravado, com a diminuição da parcela do PIB que cabe aos Trabalhadores sob a forma de Ordenados e Salários, que passou de 36,6% em 2008 para 34,6% em 2017, enquanto o Capital viu a sua parcela, no mesmo período, passar de 40,6% para 41,8%.

Aliás, segundo dados da EUROSTAT, os rendimentos dos 20% da população com mais rendimentos, em 2017, eram 5,7 vezes superiores aos 20% da população mais pobre. Note-se que estamos a falar de quantidades numéricas diferentes porquanto o número de pessoas na situação de pobreza é muito superior à que tem rendimentos mais elevados.

A população em risco de pobreza antes de qualquer transferência social atingia, em 2017, 45,2%, cerca de 4 milhões e 650 mil pessoas. Após as transferências sociais o valor era de 18,3%, cerca de 1 milhão e 884 mil.

Não pode deixar de se salientar que cerca de 11% da população que se encontra empregada está em risco de pobreza.

O aumento das desigualdades sociais, a situação de pobreza de uma grande parte da população, é consequência dos baixos salários recebidos pelos trabalhadores que contrastam com os chorudos lucros de várias empresas, muitas delas privatizadas pelos governos do PS, PSD, com ou sem CDS-PP. Lucros e dividendos que em vez de ficarem no País para novos investi-

mentos que gerariam riqueza e emprego são, em muitos casos, transferidos para o estrangeiro.

Salários que, apesar de baixos, estiveram congelados durante o período da troika que “ocupou” Portugal com a responsabilidade de PS/PSD/CDS-PP, sendo mesmo retiradas algumas prestações complementares.

O salário mínimo nacional esteve congelado quatro anos, durante o Governo PSD/CDS-PP, em 485 euros, o que provocou uma significativa perda do poder de compra dos trabalhadores.

Apesar dos aumentos verificados com o actual Governo PS, eles são escassos para permitirem a recuperação do que foi perdido.

Por isso é da mais inteira justiça a proposta da CGTP-IN e do PCP que o salário mínimo aumente no próximo ano para 650 euros, não obstante o acordo assinado entre o PS e outra força política no sentido de que até ao final da legislatura atingisse os 600 euros.

O Governo PS argumenta com a Concertação Social, onde os representantes do patronato e os seus tradicionais aliados têm a maioria. Isto é, o Governo abdica do seu poder de decisão para o entregar a quem pensa na acumulação dos lucros à custa dos salários dos seus trabalhadores.

A vida mostrou que com maiores salários, a procura interna aumentou e a economia cresceu. Isto ao contrário do que alguns previam, pois anunciavam a vinda do diabo.

O aumento das desigualdades sociais, cavando um fosso mais fundo entre os que ganham milhões e cada vez mais milhões e os que lutam pela sobrevivência, mesmo tendo trabalho, é o fermento para o incremento do populismo e da demagogia com consequências dramáticas como se está a assistir um pouco por todo o mundo.

E desse populismo e demagogia, criando ilusões que não passam disso mesmo, nascem, ou são criadas, condições para o nascimento de ditaduras onde as populações verão os seus direitos retirados e a sua situação social ainda mais degradada.

O caminho é a luta pelo salário mínimo de 650 euros, pela reposição dos direitos ainda não recuperados, pela recuperação e reforço das funções sociais do Estado, pelo cumprimento da Democracia em todas as suas vertentes consignadas na Constituição da República, política, económica, social e cultural.

Só com a luta é possível avançar!

PROPOSTA DE PLANO DE ACTIVIDADES 2019

Introdução

A atividade proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (STFPSN) para o ano de 2019, prossegue os objetivos gerais fixados na Proposta Reivindicativa da CGTP-IN e na Proposta da Frente Comum para a Administração Pública. Consideramos que o presente Plano de Atividades representa os objetivos que o STFPSN tem valorizado e que, apesar das tímidas melhorias que os trabalhadores têm registado, consideramo-las insuficientes e, por isso, se prolongam para o próximo ano.

Neste quadro, o STFPSN destaca, entre outras, as seguintes reivindicações:

1. **Aumento geral dos salários para uma mais justa repartição da riqueza, no mínimo de 4%, com o mínimo de 60€/mês;**
2. **A fixação do salário mínimo em 650€ a partir de 1 de janeiro de 2019;**
3. **A valorização dos direitos dos trabalhadores e promoção da contratação coletiva;**
4. **O desenvolvimento da segurança social e das funções sociais do Estado para uma sociedade com maior justiça social**
5. **A defesa do Emprego Público e fim de todo o tipo de vínculo precário;**
6. **O respeito pelos Direitos Sociais e Laborais individuais e coletivos**

Neste contexto, em matéria de aumentos salariais, o Orçamento de Estado do Governo para 2019 para os trabalhadores da Administração Pública, é absolutamente inaceitável e a verba de 50 milhões de euros, é reconhecidamente insuficiente e não valoriza os trabalhadores da Administração Pública e, por isso, continuaremos a exigir a negociação com os sindicatos exigindo a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, enquanto fatores indissociáveis de defesa das funções sociais do Estado e da qualidade de serviços prestados aos cidadãos.

Ainda a propósito de aumentos salariais, importa ainda referir, e porque estão a decorrer as negociações entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e os representantes do Setor da Economia Social

para os anos de 2019-2020, que devem ser negociadas participações que permitam às Instituições de Solidariedade Social garantir um aumento dos salários dos seus trabalhadores de modo a inverter a política de baixos salários que são praticados nestas instituições e que têm vindo a ser ignorados pelos sucessivos governos.

Acrescem aos objetivos preconizados pelo STFPSN a contínua exigência do respeito pelo emprego e a consequente redução da precariedade na Administração Pública, pelo que, no próximo ano continuaremos a acompanhar o processo de regularização de vínculos precários, designado de PREVPAP que, além de registar um forte atraso na sua implementação, não soluciona a criação de novas contratações com vínculos precários que se têm observado em vários setores da Administração Pública.

Além disso, a proposta para os setores incluída neste Plano de Atividades e que abaixo poderão consultar em detalhe representa fracos progressos em alguns setores e a inexistência de avanços noutros, pelo que, voltamos a reiterar objetivos pelos quais o STFPSN irá continuar a reivindicar na medida em que estamos convictos das justas propostas que defendemos.

Entretanto, e no plano organizacional durante o próximo ano, continuaremos a promover a realização de reuniões nos locais de trabalho e outras formas de intervenção que a cada momento se considerem ajustadas e que reforcem os objetivos a que nos propomos, seja através de manifestações, plenários ou de greves setoriais / gerais. Daremos continuidade à eleição de delegados sindicais enquanto elementos privilegiados de ligação aos locais de trabalho e aos trabalhadores.

Na componente orçamental para 2019, a preparação baseia-se na consolidação dos resultados positivos obtidos nos últimos dois anos e na perspectiva da sua prossecução para 2019.

Preconizamos ainda nos objetivos do próximo ano, a valorização da Prestação de Serviços aos associados ao dar maior visibilidade às vantagens e benefícios em pertencer ao STFPSN, designadamente nas Áreas Jurídica e da Formação Profissional que recomendamos como essenciais. Destacamos a celebração de protocolo de parceria com o INOVINTER, entidade para a Formação e Centro Qualifica com o objetivo de prosseguir

um Plano de Formação que procure corresponder às necessidades reveladas pelos associados nestas áreas.

Podemos ainda apontar a melhoria dos Serviços e Benefícios disponibilizados aos associados com novas parcerias, novas vantagens e a continuidade na atribuição a todos associados de um cartão de desconto em combustível da BP.

Em termos gerais, o Plano de Atividades para 2019 prossegue objectivos estratégicos assentes na conjugação do compromisso e dedicação de todos os dirigentes sindicais, dos delegados sindicais e dos trabalhadores do STFPSN, trabalho esse sempre realizado na estreita ligação às estruturas do movimento sindical.

REIVINDICAÇÕES GERAIS

A valorização dos trabalhadores dos diversos setores de atividade não é uma simples questão laboral. Constitui um fator essencial para o desenvolvimento do país e para o progresso social, razão pela qual justifica e exige o cumprimento dos direitos, liberdades e garantias constitucionais.

Neste contexto, o STFPSN defende que o futuro do trabalho tem de assentar no respeito pelos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores constitucionalmente consagrados e assegurar os princípios essenciais que a seguir se destacam como prioridades do Plano de Atividades para 2019:

1. Aumento geral dos salários para uma mais justa repartição da riqueza, no mínimo de 4%, com o mínimo de 60€/mês;

2. A fixação do salário mínimo em 650€ a partir de 1 de janeiro de 2019;

3. Valorização dos direitos dos trabalhadores e promoção da contratação coletiva, como condições essenciais para o progresso social:

- 3.1. Valorizar o trabalho e revogar as normas mais gravosas da legislação do trabalho;
- 3.2. Promover a contratação coletiva como elemento de harmonização social;
- 3.3. Defender a eliminação da caducidade dos instrumentos de contratação coletiva e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

4. Emprego seguro e com direitos: um instrumento chave para o desenvolvimento económico e social:

- 4.1. Emprego estável e com direitos. Combater a precariedade;
- 4.2. Combater a desregulação dos horários, reduzir a duração do trabalho, conciliar a vida profissional

com a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, nomeadamente:

- 4.2.1. A revogação dos regimes gravosos de flexibilização do tempo de trabalho (regimes de adaptabilidade, de banco de horas individual e grupal e os horários concentrados);
- 4.2.2. A redução dos horários de trabalho, com a semana de 35 horas para todos os trabalhadores, sem perda de retribuição ou de outros direitos, com o consequente contributo para a criação de mais emprego;
- 4.2.3. A reposição e melhoria da retribuição do trabalho normal em dia feriado e do trabalho suplementar, assim como dos descansos compensatórios;
- 4.2.4. A garantia dos 2 dias de descanso semanal consecutivos – sábado e domingo, em geral;
- 4.2.5. A melhoria por via legal e contratual da prestação de trabalho em regime de turnos e do trabalho noturno, atendendo em especial aos seus riscos para a saúde dos trabalhadores, combatendo a sua generalização infundamentada.
- 4.2.6. A reposição do período de trabalho noturno entre as 20 e as 7 horas do dia seguinte.
- 4.3. Exigir que seja considerado como tempo de trabalho efetivo todo o tempo gasto pelos trabalhadores quando deslocados do domicílio necessário e o local de destino por motivo de serviço.
- 4.4. Identificação e regulamentação das carreiras e profissões de desgaste rápido e acentuado;
- 4.5. Identificação, reconhecimento e atualização das doenças profissionais, designadamente as relacionadas com lesões músculo-esqueléticas;
- 4.6. Reposição dos dias de férias com garantia de um mínimo de 25 dias, majorados com dias pela idade e tempo de serviço, independentemente do vínculo laboral;
- 4.7. Efetivação do direito à formação profissional;
- 4.8. Melhoria das condições de trabalho, incluindo a garantia de ambientes de trabalho seguros e saudáveis;
- 4.9. Cumprimento da legislação em vigor sobre abolição das barreiras arquitetónicas nos edifícios públicos.

5. Desenvolver a segurança social e as funções sociais do Estado para uma sociedade com maior justiça social:

- 5.1. Desenvolver a Segurança Social pública, universal e solidária:
 - 5.1.1. Criação de condições específicas no acesso à aposentação sem penalizações aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doença profissional;



- 5.1.2. Reavaliação dos critérios de atualização das pensões;
- 5.1.3. Aumento das percentagens de indexação ao IAS para as pensões e outras prestações sociais.
- 5.2. Assegurar o direito à saúde, defender e valorizar o Serviço Nacional de Saúde;
- 5.3. Defender a Escola Pública de qualidade e inclusiva;
- 5.4. Defender uma política fiscal justa, através da redução dos impostos sobre o trabalho (IRS), do reforço da progressividade dos impostos, do alargamento da base de tributação do IRC, do combate à fraude e evasões fiscais, da descida do IVA para 6% para bens e serviços básicos e a criação de uma taxa sobre transações financeiras;
- 5.5. Defender que a água é um bem comum e que a sua privatização é um atentado à declaração universal dos direitos humanos.

6. Defendemos e exigimos o fim de uma política injusta e discriminatória dos trabalhadores da Administração Pública e salientamos, ainda, as seguintes propostas reivindicativas para o ano 2019:

- 6.1. Dignificar o estatuto sócio-profissional dos Trabalhadores da Administração Pública
 - 6.1.1. Aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60 euros/mês, por forma a iniciar, finalmente, a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos largos anos, fruto do congelamento dos salários desde 2009 e das carreiras desde 2005;
 - 6.1.2. Revalorização e atualização das tabelas de ajudas de custo, dos abonos e suplementos previstos na Portaria nº 1553-D/2008;
 - 6.1.3. Atualização do salário mínimo da Administração Pública para 650€;
 - 6.1.4. Revisão da tabela remuneratória única, estabelecendo esse salário mínimo como primeira posição e subindo as demais posições remuneratórias;
 - 6.1.5. Atualização do subsídio de refeição para 6,50€;
 - 6.1.6. Garantir o direito ao pagamento do abono de ajudas de custo nas deslocações diárias e por dias sucessivos a partir dos 5 km;
 - 6.1.7. Descongelamento das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo as carreiras, as categorias e os trabalhadores, salvaguardando, para a sua generalidade, a contabilização de todo o tempo de serviço já em 2019, sem faseamentos e garantindo o pagamento integral da valorização remuneratória a quem se aposente;
 - 6.1.8. Contagem de todo o tempo de serviço dos trabalhadores atendendo a que o artigo 18º do Orçamento do Estado para 2018, na reconversão da contagem de tempo de serviço em pontos, roubou a antiguidade a milhares de trabalhadores;
 - 6.1.9. Contagem de todo o tempo de serviço nas carreiras em que as progressões dependem deste fator, tal como é recomendado na Resolução da Assembleia da República nº 1/2018,

cuja expressão remuneratória obedece ao estipulado no art.º 19.º do Orçamento do Estado para 2018, no que respeita ao prazo e modo de concretização;

- 6.1.10. Reposição das carreiras e dos seus conteúdos profissionais específicos, tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008, contribuindo assim para uma urgente dignificação do trabalho e dos trabalhadores no âmbito da Administração Pública;
- 6.1.11. Reposição do valor do pagamento do trabalho suplementar (com acréscimo de 50% na primeira hora e de 75% nas seguintes, nos dias úteis, e de 100% nos dias de descanso complementar, obrigatório e em dias feriado), das horas de qualidade e de todos os suplementos que foram alvo de cortes, bem como a reposição do descanso compensatório;
- 6.1.12. Abertura de concursos que permitam a promoção nas carreiras verticais;
- 6.1.13. Reposição da forma de cálculo das pensões e das condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes específicos consagrados ou a consagrar com condições de acesso mais favoráveis;
- 6.1.14. Antecipação da idade da reforma para os trabalhadores em regime de trabalho por turnos ou noturno e garantia do direito a sair desses regimes de horário, passando para o horário diurno, após 20 anos nesse regime ou quando o trabalhador tiver 55 anos de idade devido ao desgaste e penosidade deste tipo de prestação de trabalho, sem perda de quaisquer direitos, designadamente na remuneração e suplementos;
- 6.1.15. Implementação, efetivação e regulamentação imediata, nos casos que dela careçam, dos suplementos remuneratórios;
- 6.1.16. Investimento e implementação de serviços no campo da saúde ocupacional, prestada por organismos públicos;
- 6.1.17. Reforço dos meios e assunção plena das suas competências na Administração Pública mecanismos de intervenção da ACT na fiscalização das condições de trabalho e na efetivação dos direitos;
- 6.1.18. Reversão das privatizações, externalizações e concessões de serviços públicos, nomeadamente nas águas e nas parcerias público-privadas (PPP);
- 6.1.19. Abandono do processo de municipalização em curso que visa funções sociais do Estado consagradas constitucionalmente, designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, segurança, proteção social e transportes.

7. Defender o emprego público e acabar com o vínculo precário

- 7.1. Exigir a alteração da Lei do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (LRCTFP) como legislação específica da Administração Pública e recusa de aproximação e constante remissão para o Código do Trabalho:

- 7.2. A reposição do vínculo de nomeação a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas;
- 7.3. A contagem de todo o tempo de serviço para todos os trabalhadores com vínculo precário, independentemente do vínculo de contratação e que foram a concurso, por analogia com os trabalhadores integrados via PREVPAP;
- 7.4. A contagem de todo o tempo de serviço aos trabalhadores com contrato individual de trabalho para efeitos de progressão;
- 7.5. A revogação do atual sistema de carreiras gerais, acompanhado da negociação que respeite e dignifique as qualificações dos trabalhadores e os conteúdos funcionais das profissões que exercem;
- 7.6. A revogação da suspensão das indemnizações pela reparação de incapacidade por acidente e/ou doença profissional e a aplicação, em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais, do regime previsto no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20/11, a todos os trabalhadores, independentemente do vínculo;
- 7.7. A revogação dos artigos 14º e 15º da LRCTFP, não permitindo a prevalência dos acordos gerais de carreiras, nem a limitação de matérias no direito de negociação, passando os artigos 350º e 355º a reger o direito de participação e negociação dos trabalhadores como forma de reforço da negociação coletiva;
- 7.8. A revisão do regime respeitante aos direitos coletivos, das estruturas representativas dos trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito aos serviços mínimos, nomeadamente na área da Educação;
- 7.9. O fim aos bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Central, Regional ou Local;
- 7.10. A eliminação de todas as formas de precariedade na Administração Pública e a abertura de procedimentos concursais que garantam o princípio de que, para necessidades permanentes, corresponde um vínculo efetivo;
- 7.11. A consagração do direito a férias no regresso ao trabalho após licença prolongada por doença.
- 7.12. Para além da revogação e melhoria de conteúdos da LRCTFP acima referidas, o STFPSN propõe a revogação do SIADAP, substituído por um sistema de avaliação sem quotas, transparente, equitativo e

justo que valorize, efetivamente, os trabalhadores potenciando a progressão profissional nas suas carreiras.

8. Defender o direito a uma Aposentação com dignidade

- 8.1. Fazer incidir os descontos para a CGA sobre a totalidade das remunerações e suplementos auferidos pelos trabalhadores da Administração Pública em situação de cedência, mobilidade ou qualquer outra legalmente prevista, assegurando a entidade pública processadora da remuneração de modo a não prejudicar o valor de referência para efeitos de aposentação;
- 8.2. Fixar a pensão de sobrevivência em 60% da pensão do cônjuge falecido e 70% no caso de mais de um beneficiário da pensão do cônjuge falecido.

9. Respeitar os direitos sociais e laborais individuais e coletivos

- 9.1. O direito ao emprego e o reforço do papel da Administração Pública na satisfação das necessidades básicas da população e das funções sociais do Estado;
- 9.2. O adequado financiamento das instituições públicas com vista à criação de mais emprego estável;
- 9.3. A ADSE mantendo-a como sistema público complementar de saúde na Administração Pública, reduzindo o valor das contribuições para 1,5% sobre o período de 12 meses, para os aposentados e todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo.

REIVINDICAÇÕES SETORIAIS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. Negociação do Caderno Reivindicativo dos trabalhadores não docentes dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário das Escolas da Rede Pública;





2. Criação de carreiras específicas para os trabalhadores não docentes que preveja inequivocamente o seu conteúdo funcional;
3. Continuar e intensificar a luta contra o processo de municipalização das escolas;
4. Integração de todos os trabalhadores não docentes, bem como os trabalhadores em situação precária tais como: Técnicos Especializados, contratos de emprego e inserção e contratos a termo certo;
5. Melhoria da Portaria de Rácios que responda à efetiva necessidade das Escolas;
6. Abertura de concursos para Encarregados Operacionais e Coordenadores de Assistentes Técnicos, bem como, a consolidação das mobilidades existentes;
7. Assegurar um encarregado operacional por estabelecimento com 10 ou mais assistentes operacionais;
8. Exigir a substituição dos trabalhadores ausentes ao serviço por período superior a 30 dias;
9. Criação de um regulamento próprio que estabeleça regras quanto à deslocação de trabalhadores dentro dos Agrupamentos;
10. Exigir o pagamento do abono para falhas a todos os trabalhadores que, independentemente da categoria profissional, tenham à sua guarda ou manuseamento de numerário, títulos ou documentos;
11. Formação contínua do pessoal não docente, nomeadamente para os trabalhadores afetos a alunos com necessidades educativas especiais;
12. Pugnar pela celeridade dos pedidos de mobilidade geográfica;

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

1. Negociar um Acordo de Empresa para os trabalhadores em regime de Contrato Individual de Trabalho da Universidade do Porto que permita criar igualdade entre trabalhadores e regule, entre outras matérias, o horário de trabalho;
2. Consolidar a mobilidade intercarreiras, ou seja, possibilitar a integração na carreira de técnico superior aos trabalhadores que, com formação superior, desempenhem funções enquadradas na carreira técnica superior;
3. Consolidar a mobilidade intercarreiras para os assistentes operacionais que desempenhem funções enquadradas na carreira de assistente técnico;

4. Lutar contra a extinção da carreira de investigação científica e o não reconhecimento dos bolseiros como investigadores científicos;
5. Regularização da situação dos trabalhadores Encarregados de Trabalho no Ensino Politécnico.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto de Segurança Social, I.P.

1. Abertura de procedimentos concursais para recrutamento de Trabalhadores em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas acabando com o trabalho precário no ISS, designadamente dos Contratos Emprego-Inserção e dos Contratos Emprego-Inserção+;
2. Abertura de procedimentos concursais para Chefes de Equipa;
3. Fim da privatização de serviços do âmbito do ISS-IP e fim da passagem de equipamentos e outros serviços, nomeadamente, para as IPSS;
4. Cumprimento do ACEEP nº 9/2011;
5. Abertura de procedimento concursal para integração definitiva na carreira dos trabalhadores em mobilidade intercarreiras e consolidação das atualmente existentes;
6. Reforço de Recursos Humanos, nomeadamente para os serviços locais de atendimento e para os serviços de fiscalização.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

1. Pugnar pela criação de um suplemento remuneratório para os trabalhadores das Secções de Processos do Departamento de Gestão da Dívida do IGFSS, IP, por terem responsabilidades diretas na liquidação, cobrança e informatização das contribuições.

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

1. Pugnar pela criação de carreiras específicas;
2. Exigir a abertura de procedimentos concursais à luz da lei;
3. Acabar com regulamentos internos unilaterais;
4. Exigir a regularização de situações de carreiras e vínculos de trabalhadores do quadro do IEFP, prévia à consolidação da mobilidade de trabalhadores doutros organismos.

Centros Protocolares

1. Pugnar pela negociação de Acordos de Empresa para os trabalhadores do CINFU – Centro de Formação Profissional da Indústria da Fundição e para os trabalhadores do CF-

PIMM – Centro de Formação Profissional da Indústria da Madeira e do Mobiliário;

2. Acompanhar a correta aplicação dos Acordos de Empresas nos Centros Protocolares;
3. Intentar propostas de negociação de Acordos de Empresa com outros Centros Protocolares que garantam melhores direitos para os trabalhadores.

Amas

1. Integração das Trabalhadoras no Instituto de Segurança Social;
2. Aumento da retribuição por criança;
3. Aumento do valor da comparticipação alimentar por criança.

ECONOMIA SOCIAL

Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias

Atendendo à manutenção do nosso CCT – CNIS:

1. Exigir a correta aplicação do CCT aos trabalhadores das IPSS por parte das Instituições;
2. Exigir uma efectiva proposta de revisão da Tabela Salarial para 2019;
3. Continuar a exigir à CNIS o reconhecimento da carreira profissional de Diretor Técnico de Estabelecimento, garantindo a estes trabalhadores uma correta revalorização salarial e reconhecimento do seu conteúdo funcional;
4. Pugnar pelo reconhecimento das carreiras de nível superior, nomeadamente, a sua revalorização salarial.

Atendendo à recusa de revisão das tabelas salariais do AE – UMP:

1. Apresentar proposta da AE às Misericórdias que não aderiram ao ACT da UMP;
2. Lutar para continuar a negociar aumentos salariais dignos para os trabalhadores das Misericórdias.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ), integrado no Turismo de Portugal, I.P.

Ao Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos são cometidas atribuições no âmbito do controlo, inspeção e regulação da exploração e prática de jogos de fortuna ou azar em casinos e em salas de bingos assim como de jogos de fortuna ou azar, de apostas desportivas à cota e de apostas hípcas, mútuas e à cota, quando praticados à distância, através de suportes eletrónicos, informáticos, telemáticos e interativos ou por quaisquer outros meios. Os seus funcionários, designadamente os integrados na carreira especial de inspeção estão sujeitos a diversas especificidades da sua condição profissional e, por isso, exigimos:

A negociação imediata de um estatuto de carreira especial de inspeção superior de jogos onde conste:

1. O reconhecimento da especificidade da carreira especial de inspeção superior de jogos, face às demais carreiras de inspeção, decorrente não apenas da sua atividade inspetiva, mas também da atividade de regulação;
2. A redução da idade da reforma, por forma a compensar o desgaste rápido e os ónus sociais e familiares, decorrentes da prestação de trabalho contínuo em regime de turnos rotativos e pelas frequentes deslocações no território continental e regiões autónomas, estas últimas de duração mensal;
3. A concessão expressa do subsídio de turno;
4. A implementação de suplementos compensatórios do risco decorrente das condições penosas a que os trabalhadores estão sujeitos, da disponibilidade permanente e do manuseamento e guarda de valores, numerário e títulos representativos de numerário;
5. A concessão de uso e porte de arma, com dispensa da respetiva licença, valendo para tal o cartão de identificação do funcionário;
6. A clarificação do domicílio profissional dos trabalhadores;
7. A proteção do trabalhador na mobilidade geográfica;
8. A aplicação imediata do subsídio de turno, tal como preconizado na Lei 35/2014 de 20 de junho;
9. Higiene, saúde e segurança no trabalho;
10. Uma frota automóvel adequada ao serviço efetuado;
11. Abertura de concursos internos para a promoção nas carreiras;
12. Abertura de novos concursos para admissão de pessoal;



13. Plano de formação;
14. Integrar um regime de avaliação que não o SIADAP (este não pode ser aplicado de forma mecânica, na carreira de inspeção).

Autoridade da Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

A ASAE é um órgão de polícia criminal e que obedece a regras específicas nas suas várias vertentes de atuação e como tal também os seus funcionários estão sujeitos a diversas especificidades da sua condição profissional e, por isso, exigimos:

1. Criação de uma carreira de apoio à inspeção da ASAE, que contemple os técnicos de laboratório, técnicos de colheita de amostras e assistentes técnicos e operacionais que diretamente lidam com matérias atinentes aos atos inspetivos e de investigação criminal;
2. Negociação de uma transição mais justa dos inspetores-adjuntos para a carreira especial de inspeção da ASAE, entretanto criada pelo Decreto-Lei n.º 74/2018 de 21 de setembro, designadamente precavendo a aquisição de habilitações superiores, dentro de determinado prazo;
3. Implementação de subsídio de risco decorrente das condições penosas a que os trabalhadores estão sujeitos;
4. Implementação de subsídio de prevenção e piquete aos trabalhadores a tal obrigados;
5. Abertura de concursos para admissão de novos trabalhadores, em todas as carreiras existentes na ASAE;
6. Uma frota automóvel adequada aos percursos longínquos a que foram sujeitos alguns trabalhadores após o fecho de serviços existentes em cada capital de distrito, passando assim a uma Unidade Regional do Norte, que inclui: Oliveira de Azeméis - Trás-os-Montes até Valença, Melgaço e Monção... - (sendo também um problema para os consumidores porque não têm proximidade com serviços de fiscalização e prevenção);
7. Plano de formação articulado com o Plano de Atividades da ASAE;
8. Implementar um regime de avaliação adequado ao serviço de inspeção e investigação;
9. Promoção de serviços de proximidade.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.)

1. Negociação do Acordo Coletivo de Trabalho que garanta a equidade entre trabalhadores das várias empresas;
2. Alteração legislativa que garanta a aplicação do ACT que vier a ser aprovado aos trabalhadores em RCTFP.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.)

1. Acompanhar os processos relativos à reestruturação, fusão e extinção de serviços resultante da aplicação dos novos estatutos;

2. Negociação de carreira específica de inspeção.

MINISTÉRIO DA CULTURA

1. Exigir a regularização do vínculo para todos os trabalhadores que se encontram com contratos a termo incerto e a admissão de novos trabalhadores;
2. Negociar Caderno Reivindicativo para o Setor, nomeadamente, a criação de carreira específica correspondente às funções efetivamente desempenhadas;
3. Exigir a criação de um regulamento de fardamento para os trabalhadores da DGCP e da Direção Regional do Norte;
4. Exigir a realização de formação profissional específica;
5. Exigir a aplicação da legislação sobre higiene e segurança no trabalho.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (INCF, I.P.);

Agência Portuguesa do Ambiente (APA);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Vigilantes da Natureza exigem:

1. Revisão, valorização e continuidade da carreira específica;
2. Regularizar horário de trabalho específico;
3. Integração no vencimento do suplemento de risco;
4. Atribuição de meios operacionais individuais e coletivos necessários ao exercício das funções conforme previsto no Decreto-Lei nº 470/99, de 6 de novembro;
5. Reforço de efetivos na Carreira;
6. Atribuição de formação contínua conforme o previsto no Decreto-Lei nº 470/99, de 6 de novembro;
7. Eliminação da imposição de objetivos para além do seu conteúdo funcional.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Autoridade Tributária e Aduaneira

1. Negociação do Estatuto dos trabalhadores da Autoridade Tributária, designadamente quanto a:
2. Devolução do vínculo de nomeação aos trabalhadores em funções na AT;
3. Atribuição do estatuto de órgão de polícia criminal à AT e aos seus trabalhadores;
4. Negociação de carreiras específicas da Autoridade Tributária;
5. Integração dos suplementos remuneratórios (FET e FEA) nos vencimentos;
6. Negociação do SIADAP específico da AT, de forma a que este passe a ser um sistema com equidade e justiça;



- 7. Negociação dum regulamento de mobilidade interna;
- 8. Negociação do regulamento de uniformes dos trabalhadores da AT;
- 9. Negociação de um regulamento de horários para a AT;
- 10. Combater a criação de comités ou subcomités éticos de segurança ou controlo em que a representação das estruturas representativas dos trabalhadores não esteja assegurada num formato de paridade.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

- 1. Efetiva aplicação do Despacho nº 40-G/2017, designadamente quanto ao domicílio necessário, aos horários de trabalho, ao pagamento do subsídio de turno, das ajudas de custo, à utilização de viatura de serviço;
- 2. Combater a cedência de competências aos municípios na gestão da inspeção veterinária;
- 3. Exigir uma verdadeira e efectiva negociação da carreira específica de inspeção veterinária;
- 4. Defender a abertura de procedimento concursal para as carreiras de inspeção veterinária, acabando com a precariedade e a falta de pessoal nos serviços.

MINISTÉRIO DO MAR

- 1. Criação da carreira da inspeção das pescas;
- 2. Exigir melhores condições de trabalho a bordo dos navios de investigação do IPMA;
- 3. Exigir a restituição do pagamento do subsídio de mar.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- 1. Acompanhar o processo reivindicativo dos trabalhadores dos serviços e organismos do Ministério da Justiça, substanciado no Caderno Reivindicativo já entregue à Ministra da Justiça e cuja negociação se exige;
- 2. A negociação do Caderno Reivindicativo dos trabalhadores da vigilância eletrónica, já entregue, designadamente quanto à criação da carreira de técnico de vigilância eletrónica;
- 3. Reposição dos Serviços Sociais do Ministério.

Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais

- 1. Revisão/criação das carreiras subsistentes ou não revistas da DGSP;
- 2. A criação de carreira especial para os trabalhadores dos Centros Educativos de Reinserção Social e Vigilância Eletrónica;
- 3. A revogação do Despacho nº 15073/2008, de 30 de Maio reafetando os trabalhadores transferidos para o Instituto de Segurança Social ao Instituto de Reinserção Social;
- 4. A revisão do Decreto-Lei nº 237/97, de 08/09 que altera o Decreto-Regulamentar nº 38/82, de 07/07 que regula a forma de cálculo do subsídio de risco aos trabalhadores afetos aos Estabelecimentos Prisionais (indexado ao índice 100 já revogado);

Instituto dos Registos e do Notariado (IRN, I.P.)

- 1. Negociação das carreiras especiais de conservador e de oficial de justiça;



- 2. Integração nas carreiras do IRN, I.P. dos trabalhadores que exercem funções no Departamento de Identificação Civil;
- 3. A negociação de um regime de atribuição de emolumentos no IRN, I.P. que impeça a presente situação de discricionariedade.

Instituto Medicina Legal e Ciências Forense

- 1. Criação e valorização de carreiras especiais;
- 2. Reforço do mapa de pessoal.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

- 1. A valorização da carreira de inspeção do SEF;
- 2. Exigir o alargamento do quadro de pessoal da carreira de investigação e fiscalização;
- 3. Exigir a formação contínua dos funcionários;
- 4. Lutar por um regulamento de horários de trabalho;
- 5. Exigir a revisão do regulamento de colocações;
- 6. Exigir a criação de condições dignas de trabalho nas fronteiras.

Guardas Florestais integrados no SEPNA/GNR

- 1. Aprovação das alterações ao decreto da carreira que permite novas admissões;
- 2. A atribuição de um regime de suplementos remuneratórios, adequado aos seus deveres e às funções atribuídas;

3. A atualização do cartão de identificação, para o efetivo, como também para os guardas florestais aposentados;
4. A correção ao Anexo I (Centros de atividade funcional operacionais na sede de posto territorial) do Decreto-Lei nº 247/2016 (Estatuto da carreira de Guarda-Florestal);
5. A abertura de procedimento concursais, quer de admissão, quer de promoção.

Polícia Municipal

1. Exigir o início das negociações do Caderno Reivindicativo e resposta à proposta de calendário negocial apresentado ao MAI, para a resolução de um conjunto de problemas de ordem profissional e laboral, de que se destacam a clarificação do Estatuto da Polícia Municipal, a criação de carreira especial e a reposição de vínculo de nomeação;
2. Exigir a alteração do calibre da arma e atribuição de suplementos, nomeadamente de risco e de patrulha;
3. Descongelamento das carreiras conforme exceção prevista no Orçamento de Estado para as outras forças policiais;
4. Exigir o pagamento do subsídio de exercício conforme previsto para outras forças policiais.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

1. Defesa e reforço do Serviço Nacional de Saúde lutando contra a Municipalização/Descentralização e consequente privatização dos Serviços de Saúde.
2. Passagem para o Setor Público e Administrativo de todos os Centros Hospitalares e Unidades Locais de Saúde (Entidades Públicas Empresariais - EPE) e as Parcerias Público-Privadas - PPP.
3. Reorganização dos atuais Agrupamentos de Centros de Saúde considerando os interesses das populações e dos trabalhadores dos Centros de Saúde.
4. Conclusão dos processos negociais com vista à conclusão do Acordo Coletivo de Trabalho dos trabalhadores em regime de Contrato Individual Trabalho com a aplicação das 35 horas semanais e das carreiras específicas da Saúde.
5. A revogação dos regimes gravosos de flexibilização do tempo de trabalho (regimes de adaptabilidade, de banco de horas individual e grupal e os horários concentrados);
6. Renegociação da Carreira Especial do Instituto Nacional de Emergência Médica.

7. Criação da Carreira de Técnico- Auxiliar de Saúde.
8. Resolução de todos os casos de trabalho precário e criação de um regime específico de recrutamento de pessoal no Ministério da Saúde.
9. Aplicação da legislação do abono para falhas.
10. Aplicação do Decreto-Lei nº 503/99 aos trabalhadores das EPE's.
11. Promover sessões de informação e sensibilização nos hospitais com vista à criação de Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho e dar apoio legislativo e administrativo às entidades que se mostrarem interessadas em formarem estas comissões.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

1. Acompanhamento do processo de reestruturação dos serviços departamentais das Forças Armadas;
2. Exercício de atividade sindical nos quartéis;
3. Criação de mapas de pessoal adaptados às reais necessidades;
4. Integração nos quadros de pessoal dos trabalhadores da extinta manutenção militar;
5. Criação de carreiras específicas para os trabalhadores dos serviços gerais e valorização das atuais carreiras existentes;

Instituto de Socorros a Náufragos

1. Definição de conteúdos funcionais e criação de mapa de pessoal adequado às reais necessidades.

Cruz Vermelha Portuguesa

1. Negociar um Acordo Coletivo de Trabalho que garanta melhores condições de trabalho.

COMISSÃO DE APOSENTADOS E REFORMADOS

1. Participar ativamente nas lutas do Movimento Sindical Unitário e da Inter-Reformados;
2. Desenvolver lutas relacionadas com os aposentados/reformados;
3. Proporcionar convívios, tertúlias e formação sénior aos aposentados/reformados.



PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2019

Rubricas	Orçamento 2019	Previsão 2018	Orçamento 2018
Rendimentos			
Quotizações Estatutárias	1.070.000,00	1.060.000,00	1.048.000,00
Quotização Mapas de Pessoal	946.000,00	942.000,00	935.000,00
Quotização Individuais	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Quotizações Débitos Diretos	116.000,00	110.000,00	105.000,00
Regulamento Prestação Serviços	2.000,00	4.000,00	2.000,00
Aplicação Regulamento	2.000,00	4.000,00	2.000,00
Total de Quotização e Regulamento	1.072.000,00	1.064.000,00	1.050.000,00
Comparticipações em Programas Financiados Estado	4.900,00	6.150,00	0,00
Comparticip. Acções de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00
Comparticip. Estágios Profissionais	4.900,00	6.150,00	5.900,00
Outros Rendimentos	100,00	75,00	500,00
Restituição Impostos	100,00	75,00	200,00
Outros Rendimentos	0,00	0,00	300,00
Rendimentos Financeiros	2.000,00	2.400,00	2.000,00
Juros Obtidos	2.000,00	2.400,00	2.000,00
Total Rendimentos	1.079.000,00	1.066.475,00	1.052.500,00
Gastos			
Quotização e Iniciativas Mov Sindical	225.494,24	224.194,24	222.474,24
Quotizações estatutárias	171.994,24	171.194,24	170.074,24
CGTP	85.600,00	84.800,00	83.840,00
FNSTFPS	84.000,00	84.000,00	83.840,00
Confederação Quadros Técnicos	2.394,24	2.394,24	2.394,24
Iniciativas Movimento Sindical	53.500,00	53.000,00	52.400,00
Comparticipação para União Sind Porto	33.170,00	32.860,00	32.488,00
Comparticipação para União Sind Braga	10.700,00	10.600,00	10.480,00
Comparticipação para União Sind Viana do Castelo	4.280,00	4.240,00	4.192,00
Comparticipação para União Sind Vila Real	3.210,00	3.180,00	3.144,00
Comparticipação para União Sind Bragança	2.140,00	2.120,00	2.096,00
Acção Sindical	179.269,83	170.089,64	175.131,25
Compensações Salariais Dirigentes	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Transporte, alojamento e refeições dirigentes sindicais	50.000,00	48.000,00	48.000,00
Transporte, alojamento e refeições delegados sindicais	3.000,00	2.750,00	3.000,00
Transporte, alojamento e refeições associados	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Remunerações e encargos salariais com pessoal	23.330,19	22.500,00	22.391,61
Trabalhos tipográficos	1.500,00	1.900,00	1.000,00
Combustíveis com viaturas	16.000,00	10.000,00	16.000,00
Jornais, revistas e publicações não oficiais	50,00	50,00	50,00
Aparcamento e portagens de viaturas	10.000,00	10.000,00	9.250,00
Aluguer viaturas ligeiras e autocarros	14.500,00	14.500,00	14.500,00
Comunicações postais	8.500,00	8.500,00	8.500,00
Telecomunicações (Telefone e Internet)	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Seguros viaturas	1.750,00	1.750,00	1.300,00
Seguro Acidentes Pessoais colectivo	650,00	650,00	650,00
Honorários com assessor Imprensa	11.489,64	11.489,64	11.489,64
Conservação e reparação de viaturas	6.500,00	6.000,00	7.000,00
Publicidade e propaganda	1.500,00	1.500,00	1.500,00



Em Euros

Rubricas	Orçamento 2019	Previsão 2018	Orçamento 2018
Administração e Gestão	306.600,18	337.765,00	322.288,22
Remunerações e encargos salariais com pessoal	227.250,18	265.000,00	247.828,18
Transporte, alojamento e refeições funcionários	1.250,00	1.300,00	1.250,00
Electricidade	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Água	1.800,00	1.800,00	1.800,00
Ferramentas	100,00	75,00	100,00
Material Escritório	7.500,00	7.500,00	7.500,00
Rendas Instalações	11.040,00	11.040,00	11.040,00
Seguros Edifícios e Recheio	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Honorários com serviços de informática	11.360,00	11.000,00	9.230,04
Honorários para serviços diversos	500,00	0,00	500,00
Serviço de Limpeza das Instalações	8.650,00	8.250,00	8.750,00
Conservação e reparação de imóveis	5.000,00	4.000,00	5.500,00
Conservação equipamento administrativo e outro	7.000,00	3.000,00	3.200,00
Conservação e reparção equip. informáticos	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Aluguer Operacional Equipamentos- Contratos	4.000,00	4.000,00	5.040,00
Outros serviços - Imóveis - Condomínios	400,00	400,00	400,00
Materiais de Higiene e Limpeza	1.750,00	1.750,00	1.750,00
Vigilância e Segurança - contratos	1.500,00	1.450,00	1.400,00
Impostos Directos e Indirectos	2.500,00	2.200,00	2.000,00
Juridico	244.369,92	235.150,00	234.890,03
Remunerações e encargos salariais com pessoal	232.119,92	184.000,00	183.930,35
Livros e documentação técnica	500,00	500,00	500,00
Honorários advogados	5.000,00	45.000,00	42.959,68
Custas Judiciais	6.000,00	5.000,00	7.000,00
Transporte, alojamento e refeições do Juridico	750,00	650,00	500,00
Outros Serviços aos Sócios	37.963,44	37.300,00	37.179,61
Remunerações e encargos salariais com pessoal	13.463,44	12.800,00	12.729,61
Formação financiada	0,00	0,00	0,00
Formação Interna Sindicato	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Unicepe, UPP, Conselho Paz e Cooperação	1.500,00	1.500,00	1.650,00
Edição da Revista do STFPSN	16.500,00	16.500,00	16.500,00
Federação de Campismo e Associação Benéfica Emp.Comércio	1.500,00	1.500,00	1.300,00
Outros Gastos	5.950,00	4.950,00	6.100,00
Artigos para oferta	100,00	0,00	100,00
Transporte mercadorias	100,00	50,00	100,00
Donativos	750,00	500,00	750,00
Multas fiscais e parafiscais	500,00	400,00	500,00
Correções Períodos Anteriores	500,00	0,00	500,00
Serviços bancários	4.000,00	4.000,00	4.150,00
<i>Gastos antes Depreciações, Imparidades e Provisões</i>	<i>999.647,61</i>	<i>1.009.448,88</i>	<i>998.063,35</i>
Resultado antes de Depreciações Congressos e Eleições	79.352,39	57.026,12	54.436,65
Depreciações	31.000,00	30.000,00	29.904,71
Total	1.030.647,61	1.039.448,88	1.027.968,06
Resultado Antes de Congressos e Eleições	48.352,39	27.026,12	24.531,94
Gastos com Eleições e Congressos MSU	1.000,00	0,00	0,00
Total Gastos	1.031.647,61	1.039.448,88	1.027.968,06
Resultado Líquido de Período	47.352,39	27.026,12	24.531,94
Investimentos	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Autofinanciamento (inclui investimentos)	48.352,39	27.026,12	24.436,65



SIADAP: A COMISSÃO PARITÁRIA

Está próximo o final deste ano e em janeiro inicia-se novo ciclo avaliativo. Será, então, necessário desencadear todos os procedimentos para avaliar o biénio que agora termina (2017-2018) e preparar a avaliação do próximo – 2019-2020.

Está em vigor a Lei 66-B/2007 – que é o diploma central (que sugerimos que seja consultada no sítio da Procuradoria Geral Distrital de Lisboa em www.pgdlisboa.pt), o Decreto-Regulamentar 18/2009 (especificidades para os trabalhadores da Administração Local), a Portaria 759/2009 (especificidades para os trabalhadores não docentes do Ministério da Educação ou dos Municípios), Portaria 198-A/2012 (especificidades para os trabalhadores da Administração Tributária e Aduaneira), entre outros....

No sítio da DGAEP em www.dgaep.gov.pt é possível obter as fichas de avaliação e outros documentos de apoio.

Neste momento é especialmente relevante ter em conta o disposto no artigo 59º (Comissão Paritária) da Lei 66-B/2007 que refere (resumidamente) o seguinte:

Junto do dirigente máximo de cada serviço funciona uma comissão paritária com competência consultiva para apreciar propostas de avaliação dadas a conhecer a trabalhadores avaliados, antes da homologação.

O que é que isto significa?

Que junto de cada serviço, além do dirigente máximo do serviço, avaliadores, avaliados e conselho coordenador de avaliação **deve existir também uma comissão paritária**.

Este órgão colegial **tem competência consultiva**, ou seja, emite parecer sobre os pedidos de apreciação que lhe são apresentados pelos trabalhadores. Quando o trabalhador toma conhecimento da sua proposta de avaliação, em reunião com o avaliador, se discordar da avaliação tem 10 dias úteis para pedir a intervenção da comissão paritária – o que deve fazer de forma fundamentada (nomeadamente juntando evidências que fundamentem o motivo da discordância com a avaliação) para que este órgão tenha condições para dar razão (ou não) ao trabalhador.

Este parecer é depois enviado para o dirigente máximo para que a avaliação seja homologada, podendo decidir (ou não) no sentido do parecer da comissão paritária. É, por isso, um parecer não vinculativo para o dirigente máximo. Uma vez homologada, a avaliação tem que ser (novamente) dada a conhecer ao trabalhador e nesta fase se o trabalhador discordar é que tem 5 dias úteis para apresentar reclamação.

Podemos, então, dizer que num primeiro momento o trabalhador toma conhecimento da proposta de avaliação e daqui pode pedir a intervenção da comissão paritária; num segundo momento toma conhecimento da avaliação homologada e pode reclamar.

Importante ter em conta dois detalhes que frequentemente suscitam dúvidas:

- toma-se conhecimento (assinando-se a Ficha de Avaliação) ainda que se discorde. A tomada de conhecimento não signifi-

ca “concordância” e é importante pois é a partir deste momento que se inicia a contagem dos prazos;

- pode-se reclamar ainda que não se tenha pedido a intervenção da comissão paritária;

A comissão paritária é composta por 4 vogais: 2 são representantes da Administração e são designados pelo dirigente máximo do serviço (devendo ficar designados 2 suplentes); e 2 são representantes dos trabalhadores sendo por estes eleitos (devendo ficar eleitos 4 suplentes).

Nos serviços de grande dimensão podem ser constituídas várias comissões paritárias.

Quanto ao processo de eleição dos vogais representantes dos trabalhadores:

A Lei 66-B/2007 refere que o processo de eleição é feito por escrutínio secreto por todos os trabalhadores do serviço e deve decorrer em dezembro.

Há serviços em que os trabalhadores se organizam e apresentam listas; outros em que apenas é disponibilizado pelos serviços o nome de todos os trabalhadores e a votação pode recair sobre qualquer um.

O processo eleitoral é organizado nos termos de despacho do dirigente máximo do serviço, devendo ser publicitado na página eletrónica do serviço, devendo referir pelo menos os seguintes pontos:

a) Data limite para indicação, pelos trabalhadores, dos membros da mesa ou mesas de voto, referindo expressamente que, na ausência dessa indicação, os mesmos são designados pelo dirigente competente até 48 horas antes da realização do ato eleitoral;

b) Número de elementos da mesa ou mesas de voto, o qual não deve ser superior a cinco por cada mesa, incluindo os membros suplentes;

c) Data do ato eleitoral;

d) Período e local do funcionamento das mesas de voto;

e) Data limite da comunicação dos resultados ao dirigente respetivo;

f) Disposição dos membros das mesas do exercício dos seus deveres funcionais no dia em que tem lugar a eleição, sendo igualmente concedidas facilidades aos restantes trabalhadores pelo período estritamente indispensável para o exercício do direito de voto.

Se os trabalhadores não participarem na eleição (e, por isso, a comissão paritária não for constituída) o processo de avaliação não fica bloqueado. Posteriormente os pedidos de apreciação que forem feitos pelos trabalhadores ficam sem efeito. É, portanto, importante a participação dos trabalhadores neste processo.

14/11/2018

Carla Margarida Costa

Jurista STFPSN

PROTOCOLOS

SAÚDE



Farmácia Santo Ovídio
Fozfarma, Unipessoal, Lda.
Rua Soares dos Reis, nº 650
4400-314 Vila Nova de Gaia
NIPC: 510714846
Tel. 223751962 Fax 223751962

Farmácia Gomes
Fozfarma, Unipessoal, Lda.
Avenida São Miguel, nº 269
4575-302 Paredes - Penafiel
NIPC: 510714846
Tel. 255612211 Fax 255610737

Farmácia Guifões
Lopes Barata, Unipessoal, Lda.
Largo Padre Joaquim Pereira Santos,
nº 376
4460-033 Guifões - Matosinhos
NIPC: 510463894
Tel. 229537376 Fax 229512907

Farmácia Santos
Farmácia São Vicente de Braga, Lda.
Rua Conselheiro Januário, 95-99
4710-312 Braga
NIPC: 505372339
Tel. 253264216 Fax 253220556

Farmácia Braga
Lopes Barata, Unipessoal, Lda.
Avenida Frei Bartolomeu Dos Mártires
Lojas 1,2 e 3 Braga
4715-384 Braga
NIPC: 510463894
Tel. 253 145 170

Farmácia Monte da Virgem
LB Farma, Lda.
Rua Conceição Fernandes, 1170
4430-062 Vila Nova de Gaia
NIPC: 508400074
Tel. 227117389 Fax 227160717



Alameda Futebol Clube de Infesta, 15
4465-141 São Mamede de Infesta
Telef.: 22 905 9860
E-mail: farmaciasaomamede@hotmail.com



Rua José António Cruz, 235 - 2º C, S. Victor
4715-343 Braga
Telef.: 253 107 563
Email: icb@icbraga.pt
<http://icbraga.pt/>



ÓCULOS PARA TODOS

R. de Sá da Bandeira 673
4000-432 Porto
Tel: 22 494 4114
E-mail: geral@oculosparatodos.pt
<https://site.oculosparatodos.pt>



Avenida Serpa Pinto 479 loja C
4450-282 Matosinhos
E-mail: geral@maisfamilia.com
Tel: 229 385 593
Telm: 918 600 329
Telm: 910 612 953



Serviço Doméstico
Apoio Domiciliário
Manutenção do lar
Outros Serviços

Rua Costa Cabral, nº 231
4200-221 Porto
Telef.: 91 012 06 07
www.interdomicilio.pt

TEMPOS LIVRES



Academia de dança
R. Brito e Cunha 56
4450-081 Matosinhos
Telefone: 933 740 043
E-mail: info@dance4u.pt
www.dance4u.pt



formação profissional

Tendo sido celebrado um Protocolo de Colaboração com o INOVINTER – Centro de Formação e Inovação Tecnológica, os Associados STFPSN poderão candidatar-se ao Plano Formativo disponível em www.inovinter.pt e cuja Ficha de Inscrição se anexa.



Centro de Formação e Inovação Tecnológica

www.inovinter.pt

POLO DE LISBOA (SEDE) **REGIÃO SUL** **REGIÃO CENTRO**

REGIÃO NORTE **POLO DO PORTO**

Rua António Granjo, 167
4349-049 Porto
Tel: 225 390 464
Email: porto@inovinter.pt

POLO DE VIANA DO CASTELO

Avenida Afonso III, 24
4900-477 Viana do Castelo
Tel: 258 824 198
Email: viana.castelo@inovinter.pt

POLO DE BRAGA

Rua Quinta de Cabanas, 3
4700-004 Braga
Tel: 253 331 393
Email: braga@inovinter.pt

SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO

Declaro para os devidos efeitos que me encontro na seguinte situação face ao emprego:

1) EMPREGADO/A

Trabalhadores por conta de outrem:

☐ A termo ☐ Efetivo ☐ Estágio Remunerado ☐ Outra situação. Qual? _____

Dimensão da Empresa (nº de trabalhadores/as) ☐ 1 a 9 ☐ 10 a 49 ☐ 50 a 249 ☐ 250 ou +

(preenchimento obrigatório)

Empresa _____ Profissão _____

Trabalhadores/as por conta própria:

☐ Trabalhador/a Independente ☐ Empresário/a em Nome Individual

☐ Outra situação. Qual? _____

2) DESEMPREGADO/A (está ativamente à procura de emprego)

☐ À procura ativa do primeiro emprego

☐ Há menos de um ano Mês / ano em que se verificou a situação de desemprego _____ (mês) _____ (ano)

☐ Há mais de 1 ano Mês / ano em que se verificou a situação de desemprego _____ (mês) _____ (ano)

Está inscrito/a no Serviço de Emprego? Sim ☐ Não ☐

Última profissão: _____

3) INATIVO/A (não está ativamente à procura de emprego)

☐ Estudante ☐ Reformado/a ☐ Doméstico/a ☐ Outra Situação. Qual? _____

Indique se auferê da Segurança Social: Subsídio de Desemprego ☐ Subsídio Social de Desemprego ☐

Outros subsídios ☐ Subsídio de Desemprego Subsequente ☐ Rendimento Social de Inserção ☐

OUTRAS INFORMAÇÕES

DESCONTOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL

☐ Menos de um ano de descontos para a Segurança Social? ☐ Um ou mais anos de descontos para a Segurança Social?

SINDICALIZADO/A

☐ Não ☒ Sim Qual o Sindicato? Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

ATENÇÃO: As falsas declarações implicam a anulação da candidatura.
O preenchimento incompleto prejudica a seleção.

Através deste formulário o INOVINTER, enquanto Responsável pelo Tratamento, recolhe a supra requerida informação pessoal, que será tratada, exclusivamente, para a finalidade de execução da atividade formativa, em cumprimento dos requisitos constantes da legislação aplicável, bem como das orientações das entidades tutelares, como o IEFP, IP, ANQEP, IP e, quando aplicável, dos Programas Operacionais. Assegura-se, nos termos legais, o direito de acesso e retificação dos dados ora recolhidos aos respetivos titulares. Neste âmbito poderá contactar o INOVINTER através do endereço postal Avenida Almirante Reis, 45, R/c Dto., 1150-010 Lisboa, e com o seu Encarregado de Proteção de Dados através do seu endereço eletrónico dpo@inovinter.pt. Em função da finalidade prosseguida os dados ora recolhidos poderão ser transmitidos às entidades tutelares e, quando aplicável, aos programas operacionais. Para ficar a conhecer melhor o Centro e bem assim, as finalidades do tratamento dos seus dados pessoais e modo de exercício dos seus direitos, agradecemos que consulte a nossa Política de Privacidade, publicada no nosso site www.inovinter.pt.

Atesto, para os devidos efeitos, a veracidade das informações prestadas e que, quando aplicável, os dados se encontram conforme o Documento de Identificação.

Data ____/____/____

(assinatura)

FICHA DE INSCRIÇÃO

Cursos a que se candidata *(por ordem crescente de prioridade):*

Curso:		Ref. Interna	
Curso:		Ref. Interna	
Curso:		Ref. Interna	
Encaminhamento pela Entidade:		A preencher pelos serviços	

DADOS PESSOAIS

(Preencher com maiúsculas, de forma legível e sem rasuras)

Nome																											
(Completo)																											
Morada																											
(Completo)																											
Localidade																											
Cód. Postal			-																							(Completo)	
Concelho																											
Distrito																											
Telefone							Telemóvel																				
E-mail																											
Data de Nascimento			-			-			Idade			anos	Sexo			M			F								
Naturalidade																											
Nacionalidade																											
Número de Identificação da Segurança Social											Nº Contribuinte																

Documento de Identificação:

<input type="checkbox"/> Bilhete de Identidade	Nº											-			Validade			-			-		
<input type="checkbox"/> Cartão do Cidadão	Nº											-			Validade			-			-		
<input type="checkbox"/> Passaporte	Nº																						
<input type="checkbox"/> Autorização de Residência	Nº																						
<input type="checkbox"/> Outro Documento	Nº																						

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Declaro para os devidos efeitos que sou detentor/a das seguintes habilitações literárias:

(No caso de ser selecionado/a para a ação de formação, deverá entregar a cópia do Diploma, Certificado ou Certidão de Habilitações)

<input type="checkbox"/> Sem competências Básicas	<input type="checkbox"/> Alfabetizado	<input type="checkbox"/> 1º Ano	<input type="checkbox"/> 2º Ano	<input type="checkbox"/> 3º Ano
<input type="checkbox"/> 4º Ano	<input type="checkbox"/> 5º Ano	<input type="checkbox"/> 6º Ano	<input type="checkbox"/> 7º Ano	<input type="checkbox"/> 8º Ano
<input type="checkbox"/> 9º Ano Incompleto	<input type="checkbox"/> 9º Ano	<input type="checkbox"/> 10º Ano Incompleto	<input type="checkbox"/> 10º Ano	<input type="checkbox"/> 11º Ano Incompleto
<input type="checkbox"/> 11º Ano	<input type="checkbox"/> 12º Ano Incompleto	<input type="checkbox"/> 12º Ano	<input type="checkbox"/> Bacharelato ou Licenciatura	
<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutoramento			

Cursos / especializações: _____

Neste momento, encontra-se a estudar, a frequentar um estágio não remunerado ou ação de formação? ☐ Não ☐ Sim

No caso de frequentar uma ação de formação, qual a designação: _____

Data de fim da ação: ____/____/____

Neste momento, encontra-se inscrito/a no Centro Qualifica? ☐ Não ☐ Sim Qual? _____